

Revista Brasileira de Estudos Políticos

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956, Faculdade de Direito da UFMG e Fundação Valle Ferreira.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA : HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, RVBI, Latindex, CLASE, Crossref, HeinOnline, Electronic Journals Library - EZB, WorldCat, Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR, IBZ Online, Blook e International Bibliography of Social Sciences.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP) – 1956.

– Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política – Periódicos – Faculdade de Direito da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITORA CHEFE: *Prof^ª. Dr^ª. Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva*

ASSISTENTE EDITORIAL: *Laura Passos e Sarah Uszynski*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 12º andar, sala 1206 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)
Fundador, *in memoriam*

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA
Reitora da UFMG

PROF. DR. ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA
Vice-Reitor da UFMG

PROF. DR. HERMES VILCHEZ GUERRERO
Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MÔNICA SETTE LOPES
Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E SILVA
Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Francisco Molina Del Pozo (Universidad de Alcalá)
Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken)
Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa)
Prof. Dr. José Pedro de Matos Paiva (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Juan Antonio García Amado (Universidad de León)
Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade Frankfurt)
Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante)
Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law)
Prof. Dr. Newton Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)
Prof. Dr. Raffaele di Giorgi (Universidade de Lecce)
Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior (Universidade de São Paulo)
Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim)

Revista Brasileira de Estudos Políticos

(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 125 | pp. 1 - 596 | jul./dez. 2022

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dra. Aida Kemelmajer de Carlucci (Universidad de Mendoza)
Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (Universidade Federal de Viçosa)
Prof. Dr. Antal Visegrády (Universidade de Pécs, Hungria)
Prof. Dr. Antonio Giménez Merino (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos (Universidade Federal de Goiás)
Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Carlos Miguel Herrera (Universidade de Cergy-Pontoise)
Prof. Dr. Daniel Nascimento (Universidade Federal Fluminense)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Gonçal Mayor Solsona (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. José Antonio Moreno Molina (Universidad de Castilla-La Mancha)
Prof. Dr. Jose Luiz Borges Horta (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Lyslei Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Marcello Di Filippo (Università di Pisa)
Prof. Dr. Marco Antônio Casanova (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Noel Struchiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Universidade de São Paulo)
Prof. Dra. Salete Oro Boff (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Prof. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (Universidade Federal de Uberlândia)

Sumário

<i>Editorial</i>	9
Relations between law, gender, and Constitution: (re) thinking constitutional history through women’s experiences <i>Amanda Oliveira de Sousa</i> <i>Rafael Lamera Giesta Cabral</i>	15
O novo Fundeb e o Direito à Educação: avanços, retrocessos e impactos normativos <i>Andrea Mara R.S. Vieira</i>	49
Il segreto giornalistico sulla fonte: terreno di interpretazioni differenti tra diritto interno e Convenzione europea dei diritti dell ‘uomo <i>Daniele Butturini</i>	101
Em busca dos Direitos Fundamentais: parâmetros para uma reconstrução dogmática do Direito das Finanças Públicas <i>Élida Graziane Pinto</i> <i>Francisco Mata Machado Tavares</i>	165
O Benefício de Prestação Continuada como estratégia biopolítica da assistência social <i>Fernanda Martins Castro Rodrigues</i> <i>Kamila Lockmann</i> <i>Washington Cesar Shoiti Nozu</i>	211
Capitalismo de plataforma: a ameaça ao direito à autodeterminação informativa na Sociedade da Informação <i>Fernanda Zampieri Molina</i> <i>Irineu Francisco Barreto Junior</i>	243
Modelo de responsabilidad penal de la organización en Alemania, propuesto por el Versang-e <i>Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha</i> <i>George Walter Barreto de Oliveira</i>	279

Direitos, desigualdades e sistemas de proteção social
na América Latina: construções, desconstruções e lutas

Marli Marlene Moraes da Costa

Rodrigo Cristiano Diehl 317

Machines and morality: juridical and philosophical
considerations

Mateus de Oliveira Fornasier 359

“Dever de proteção estatal”, “proibição de proteção
insuficiente” e “proibição de excesso”: espectro de sua con-
formação e desenvolvimento pela teoria constitucional alemã

Mônia Clarissa Hennig Leal

Rosana Helena Maas 397

A utilização de critérios sociais na União Europeia e
no Código dos Contratos Públicos de Portugal

Nuno Cunha Rodrigues 439

Neoliberalismo e austeridade: investigando padrões de
“Reações de Mercado” com relação ao trâmite da EC 95/2016

Rafaela Rovani de Linhares

Tássia A. Gervasoni 469

Judicial activism and non-legal factor in tax law

Renato Lopes Becho

Roberto Lima Campelo 515

La organización para la seguridad y cooperación en
Europa y la promoción y asistencia a los estados miembros
en el ámbito de la libertad religiosa y creencias personales

Rubén Miranda Gonçalves 557

Normas para os colaboradores 589

Summary

<i>Editorial</i>	9
Relações entre direito, gênero e Constituição: (re) pensando a história constitucional através das experiências femininas <i>Amanda Oliveira de Sousa</i> <i>Rafael Lamera Giesta Cabral</i>	15
The new Fundeb and the Right to Education: advances, retrocessions and normative impacts <i>Andrea Mara R.S. Vieira</i>	49
The journalistic secrecy on the source: territory of different interpretations between domestic law and the european convention of human rights <i>Daniele Butturini</i>	101
Seeking Fundamental Rights: parameters for a dogmatic reconstruction of brazilian Public Finance Law <i>Élida Graziane Pinto</i> <i>Francisco Mata Machado Tavares</i>	165
Benefit of Continued Provision as the biopolitical strategy of social assistance <i>Fernanda Martins Castro Rodrigues</i> <i>Kamila Lockmann</i> <i>Washington Cesar Shoiti Nozu</i>	211
Platform capitalism: the threat to informational self-determination right in Information Society <i>Fernanda Zampieri Molina</i> <i>Irineu Francisco Barreto Junior</i>	243
Model of criminal liability of the organization in Germany, proposed by Versang-e <i>Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha</i> <i>George Walter Barreto de Oliveira</i>	279

Rights, inequalities and social protection systems in Latin America: constructions, deconstructions and struggles

Marli Marlene Moraes da Costa

Rodrigo Cristiano Diehl 317

Máquinas e moralidade: considerações jurídico-filosóficas

Mateus de Oliveira Fornasier 359

“State’s duty to protect”, “prohibition of insufficient protection” and “prohibition of excess”: spectrum of its conformation and development by the german constitutional theory

Mônia Clarissa Hennig Leal

Rosana Helena Maas 397

The use of social criteria in the European Union and in the portuguese public contracts code

Nuno Cunha Rodrigues 439

Neoliberalism and austerity: researching standards of “Market Reactions” regarding EC 95/2016 procedure

Rafaela Rovani de Linhares

Tássia A. Gervasoni 469

Ativismo judicial e fatores não legais em direito tributário

Renato Lopes Becho

Roberto Lima Campelo 515

The organization for security and cooperation in Europe and the promotion of and assistance to member states in the field of freedom of religion and belief

Rubén Miranda Gonçalves 557

Directives for contributions 589

Editorial

A edição de número 125 da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* é integralmente dedicada aos estudos das relações entre direito e sociedade. Assim, é com grande felicidade que apresentamos um número cujo propósito é não só propor novas ideias acerca das áreas do direito, mas também pensar em como as mudanças sociais partem de mudanças de pensamento. Ao final, tem-se um conjunto de alta relevância acadêmica, comprometido com a reafirmação dos valores democráticos e com a importância da ciência política para o avançar da nação brasileira.

No primeiro trabalho desta coletânea, Amanda Sousa e Rafael Lamera analisam a relevância de se adotar uma perspectiva de gênero nas pesquisas jurídicas, em especial no âmbito da constitucionalidade. Por meio de um estudo de caráter exploratório e jurídico-sociológico, os autores demonstram que essa intersecção se revela especialmente importante na observação das relações entre Constituição e autoritarismo e na positivação de direitos das mulheres no processo constituinte. Finalmente, concluem que a pesquisa de história constitucional deve perpassar o modo como desigualdades de gênero são perpetuadas pelo direito e pela política, propondo soluções.

Na sequência, Andrea Mara R.S. Vieira propõe um olhar sobre o direito à educação básica universal, pública, gratuita e obrigatória, à luz da implementação de alterações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Por meio da análise dos dispositivos legais que o modificaram, em conjunto com a Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais, verificou-se se as políticas

públicas, que tinham como intuito possibilitar a distribuição equânime de receitas tributárias e garantir o financiamento da educação básica no Brasil, têm a eficácia necessária para assegurar a educação como direito público subjetivo e garantir a universalização, a qualidade e a equidade da educação pública obrigatória.

Adiante, Daniele Butturini examina a extensão do sigilo jornalístico, adotando como baliza metodológica a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos e as cortes domésticas da Itália sobre proteção de fontes e proteção de materiais jornalísticos. Nesse sentido, busca responder à questão de até que limite os jornalistas têm o privilégio especial de se recusar a revelar a identidade de fontes confidenciais nas mais diversas jurisdições,

Seguimos o sumário com o trabalho produzido por Élide Graziane Pinto e Francisco Mata Machado Tavares, que aplicam uma ótica habermasiana na reconstrução dogmática do Direito das Finanças Públicas no Brasil, em uma tentativa de se priorizar os direitos fundamentais, em detrimento da proteção à riqueza privada, como propõe a doutrina majoritária. Assim, defendem que o Direito Tributário não deve ser compreendido como um conflito irreconciliável entre fisco e contribuinte, posto que configura uma relação social voltada para o planejamento de um sistema estabelecido para a garantia de condições materiais para a implementação dos direitos fundamentais

Dando continuidade, Fernanda Martins, Kamila Lockmann e Washington Nozu adotam os conceitos-ferramentas de Foucault para problematizar como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem funcionado como estratégia biopolítica da lógica neoliberal para o conhecimento e controle da população. Assim, observam que as políticas de assistências, na mesma medida que transformam os sujeitos

em sujeitos de direitos, os traduzem em sujeitos governáveis, conduzindo-os aos padrões da normalidade e modulando os riscos sociais que atravessam a população.

Por sua vez, Fernanda Zampieri e Irineu Francisco Barreto Júnior descrevem como o denominado Capitalismo de Plataforma e o tratamento dos dados dos usuários na internet corroboram para a alienação e controle de comportamento dos referidos usuários em prol de lucro. Desse modo, concluem que o mercado atual da Sociedade da Informação falha em garantir que cada cidadão seja senhor de suas informações ante as múltiplas possibilidades de coleta de dados oferecidas pela tecnologia, violando o direito à autodeterminação informativa.

O trabalho seguinte, de autoria de Fernando Galvão e George Walter Barreto, analisa o Projeto de Lei para o Fortalecimento da Integridade na Economia, proposto pelo Governo da Alemanha em 2020, que previa sanções às organizações. Observa-se que o texto se sustenta em um modelo inconsistente de responsabilidade, cujos referenciais argumentativos de culpa organizacional e natureza jurídica têm sido questionados.

O artigo de Marli Moraes da Costa e Rodrigo Cristiano Diehl busca analisar as desigualdades sociais, políticas e econômicas na América Latina, à luz do histórico de construções, desconstruções e lutas por direitos, em face dos desmontes direcionados aos sistemas de proteção social. Ao final, constata-se a tentativa de comercializar a vida dos sujeitos em sociedade, usurpando os direitos de cidadania por meio da redução do papel do Estado na proteção cidadã.

Sob uma perspectiva moral e ética dos sistemas autônomos, Mateus de Oliveira Fornasier argumenta que, embora as máquinas ainda não sejam autoconscientes, é possível que, no futuro, seja conferido a elas um status moral,

em função da influência do behaviorismo ético e do design híbrido, combinando dogmas morais pré-programados e aprendizado de máquina para a contextualização de cada sistema.

Em sequência, Mônia Clarissa Hennig Leal e Rosana Helena Maas fazem uma pesquisa aprofundada acerca dos fundamentos e construções teóricas do dever de proteção estatal e seus desdobramentos, a “proibição de proteção insuficiente” e a “proibição de excesso”. A partir da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, buscam definir com clareza seus critérios para permitir sua ampla aplicação na efetivação e no controle da atuação estatal no que tange aos direitos fundamentais.

Para além, Nuno Cunha Rodrigues propõe analisar a aplicação de critérios sociais na contratação pública, considerando-se os parâmetros estabelecidos pela União Europeia e pelo Direito português, a partir da compatibilidade com a discricionariedade administrativa. Por fim, conclui que esse espaço discricionário pode resultar em ceticismo por parte da entidade adjudicante nacional portuguesa no que se refere à contratação pública.

Mais à frente, Rafaela Rovani e Tássia Gervasoni propiciam uma abordagem crítica da influência do neoliberalismo na definição de políticas de austeridade no Brasil, identificando possíveis padrões nas reações de mercado ao trâmite da PEC do teto dos gastos no Brasil. Ao final, verificou-se a forma como os interesses do mercado impactaram o processo legislativo de aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, refletindo a tendência global de impulsionamento da austeridade como o único meio de se retomar o crescimento econômico.

Aproximando-nos do final, Renato Lopes Becho e Roberto Campelo propõem bases jurídicas para a repercussão

de elementos não legais em uma decisão judicial complexa, pela observação das mais diversas abordagens, dentre elas políticas, sociológicas, psicológicas, econômicas, jurídicas e outras. Os autores apontam a doutrina do ativismo e da autocontenção como perspectivas inválidas para abarcar todos os elementos que envolvem raciocínio judicial e limitar a discricionariedade judicial. Em conclusão, são apresentadas propostas de solução para os demais estudiosos e magistrados.

Por fim, Rubén Miranda Gonçalves concentra seu trabalho em um dos principais objetivos adotados pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) de cooperar para garantir o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença, sob a ótica da redução das desigualdades entre os seus Estados membros.

Finda essa breve exposição, apresentamos aos nossos leitores artigos de alta qualidade e impacto sócio-político, em busca de enriquecer a ciência jurídica e fortalecer o pensamento crítico no Brasil.

Desejamos uma proveitosa leitura aos que nos acompanham.

Professora Doutora Cristiana Fortini

Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

